

YOKI ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2010 E 2009 E RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

YOKI ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 – Balanços patrimoniais

Quadro 2 – Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Tel.: +55 (11) 3138-5000
Fax.: +55 (11) 3138-5011
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua Bela Cintra, 756
3º andar - Conjunto 32
São Paulo - SP - Brasil
01415-000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores
Yoki Alimentos S.A. e suas controladas
São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Yoki Alimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

A Companhia deixou de apresentar nas demonstrações financeiras comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o impacto referente ao custo atribuído sobre o imobilizado, conforme requerido pelo ICPC10 (Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43). O efeito do custo atribuído está contabilizado e demonstrado nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não havendo alteração dos valores contabilizados em 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparabilidade, não estão apresentadas seguindo as novas práticas contábeis brasileiras e, conseqüentemente, divergem, em sua apresentação, das demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Yoki Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Yoki Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 15 de abril de 2010, que não conteve nenhuma modificação. E apresentava as seguintes limitações:



As demonstrações financeiras da Controlada Indemil Ind. e Com. Ltda. foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional normal. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Controlada estava em fase de redução das suas atividades operacionais decorrente da escassez de raiz de mandioca na região de Guaíra no Estado do Paraná, o que inviabilizava a operacionalização de sua fábrica, impactando diretamente a estrutura econômico-financeira da Controlada. Em 2009, por decisão da Administração, a Empresa passou a comprar e revender o produto, aumentando o seu faturamento e conseqüentemente encerrando o exercício social com resultado positivo. A partir de 2010, a Controlada retomou suas atividades de estímulo de plantio devido ao retorno da cultura de mandioca na região supramencionada. Com isso, conseguiu pelo segundo ano consecutivo apresentar lucro em seu resultado.

As demonstrações financeiras da Controlada Agrícola Nova Indemil Ltda. foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional normal, portanto não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando. A Controlada apresentou prejuízo operacional, deficiência de capital de giro e passivo a descoberto no montante de R\$108 em 31 de dezembro de 2009. A reversão desta situação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 se deu em decorrência das medidas tomadas pela Administração da Empresa objetivando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da Empresa.

São Bernardo do Campo, 31 de março de 2011

Márcio Serpejante Peppe
Sócio-contador
CRC 1SP233011/O-8
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

QUADRO 1

YOKI ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009 (reclassificado)	2010	2009 (reclassificado)			2010	2009 (reclassificado)		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e bancos	4	16.433	24.558	17.204	25.282	Empréstimos e financiamentos	11	74.456	64.430	95.265	80.493
Aplicações financeiras	4	16.543	15	16.543	15	Fornecedores	12	35.229	30.403	38.978	32.567
Clientes	5	142.266	140.781	143.864	140.956	Obrigações tributárias	13	18.639	13.701	19.352	14.142
Estoques	6	114.424	85.001	133.970	97.349	Obrigações trabalhistas	14	20.083	17.300	20.922	17.897
Impostos a recuperar	7	3.858	2.354	6.939	3.242	Obrigações de vendas	15	8.186	6.950	8.274	6.989
Controladas	8	11.715	7.842	847	843	Controladas	8	7.455	7.821	-	-
Despesas antecipadas		381	8	421	8	Dividendos propostos		1.390	-	1.544	241
Outros créditos		4.120	4.279	4.337	4.477	Outras contas a pagar		2.389	3.135	4.664	5.324
Total do ativo circulante		309.740	264.838	324.125	272.172	Total do passivo circulante		167.827	143.740	188.999	157.653
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Depósitos judiciais	17	1.472	2.190	1.862	2.588	Empréstimos e financiamentos	11	113.344	99.279	117.444	105.416
Aplicações financeiras	4	95	88	95	88	Obrigações tributárias	13	13.134	14.642	13.134	14.642
		1.567	2.278	1.957	2.676	Imposto diferido	16.A	17.032	-	17.032	-
						Provisão para contingências	17	3.022	3.754	3.147	3.861
Total do ativo não circulante		218.481	130.853	229.502	143.683	Total do passivo não circulante		146.532	117.675	150.757	123.919
						Participação minoritária em controladas consolidadas		-	-	9	7
Investimentos	9	4.381	2.619	332	56	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
Imobilizado	10	212.387	125.464	227.067	140.458	Capital social		138.396	104.890	138.396	104.890
Intangível		146	492	146	493	Ações em tesouraria		(4.709)	(3.711)	(4.709)	(3.711)
Total do ativo não circulante		218.481	130.853	229.502	143.683	Reserva de capital		2.064	-	2.064	-
						Reserva de lucros		10.965	-	10.965	-
						Ajuste avaliação patrimonial (outros resultados abrangentes)		33.063	-	33.063	-
						Reserva de incentivos fiscais		31.583	34.498	31.583	34.498
						Reserva legal		2.509	-	2.509	-
						Ajuste a valor de mercado	18	(9)	(9)	(9)	(9)
						Prejuízos acumulados		-	(1.392)	-	(1.392)
TOTAL DO ATIVO		528.221	395.691	553.627	415.855	Total do patrimônio líquido		213.862	134.276	213.862	134.276
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		528.221	395.691	553.627	415.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

YOKI ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Vendas de produtos		1.064.081	953.719	1.068.378	954.227
(-) Impostos sobre as vendas		(143.141)	(118.804)	(151.919)	(124.408)
		-	-	-	-
RECEITA LÍQUIDA		920.940	834.915	916.459	829.819
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS					
		(665.220)	(595.213)	(650.549)	(580.299)
LUCRO BRUTO		255.720	239.702	265.910	249.520
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas administrativas e gerais		(40.305)	(34.793)	(41.678)	(36.066)
Despesas de comercialização		(67.513)	(58.008)	(67.519)	(58.008)
Despesas de distribuição		(35.329)	(29.762)	(35.540)	(29.775)
Despesas tributárias		(2.860)	(4.739)	(3.237)	(4.700)
Despesas financeiras comerciais		(45.196)	(48.804)	(45.196)	(48.804)
Despesas financeiras (nota 21)	21	(26.613)	(29.451)	(29.359)	(32.113)
Receitas financeiras (nota 21)	21	10.236	7.074	10.394	7.103
Outras receitas operacionais		2.847	1.760	2.464	1.834
Despesas com provisão para contingências		-	(1.923)	(18)	(2.019)
		(204.733)	(198.646)	(209.689)	(202.548)
RESULTADO OPERACIONAL		50.987	41.056	56.221	46.972
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL					
		3.066	4.224	-	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		54.053	45.280	56.221	46.972
Imposto de renda		(3.070)	(2.740)	(4.513)	(3.849)
Contribuição social		(1.141)	(1.019)	(1.866)	(1.602)
Imposto diferido		332	-	332	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		50.174	41.521	50.174	41.521
Participação minoritária nos resultados de controladas		-	-	(32)	(14)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO		50.174	41.521	50.142	41.507
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO - EM REAIS - R\$					
		0,36	0,30		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

YOKI ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de lucros			Ajustes a valor de mercado	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros	Reserva legal				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	104.890	-	(3.178)	7.172	-	4.210	-	-	(19.797)	93.297
Ações em tesouraria	-	-	(533)	-	-	-	-	-	-	(533)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	41.521	41.521
Reserva legal	-	-	-	-	-	2.076	-	-	(2.076)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	27.326	-	-	-	-	(27.326)	-
Reversão da reserva legal	-	-	-	-	-	(6.286)	-	-	6.286	-
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	104.890	-	(3.711)	34.498	-	-	(9)	-	(1.392)	134.276
Aumento de capital	33.506	-	-	(33.506)	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	(998)	-	-	-	-	-	-	(998)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	50.174	50.174
Reserva legal	-	-	-	-	-	2.509	-	-	(2.509)	-
Juros de capital	-	2.064	-	-	-	-	-	-	(3.970)	(1.906)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.390)	(1.390)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	30.591	-	-	-	-	(30.591)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	10.965	-	-	-	(10.965)	-
Ajustes de avaliação patrimonial líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	33.063	-	33.063
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	643	643
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	138.396	2.064	(4.709)	31.583	10.965	2.509	(9)	33.063	-	213.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

YOKI ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	50.174	41.521	50.142	41.507
Ajuste para reconciliar o resultado líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	15.648	18.160	17.064	19.201
Valor residual do ativo imobilizado baixados	2.290	934	2.723	995
Receita com a venda de ativo imobilizado	(1.610)	(123)	(1.624)	(240)
Provisão para contingências	-	1.923	18	2.019
Concessões governamentais	(30.591)	(27.326)	(30.591)	(27.326)
Resultado da equivalência patrimonial	(3.066)	(4.224)	-	-
Resultado de operações de <i>swap</i> líquidas	-	503	-	503
Participação minoritária nos resultados de controladas	-	-	32	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(332)	-	(332)	-
Despesas de juros e variações cambiais líquidas	26.449	28.584	29.191	31.210
	<u>58.962</u>	<u>59.952</u>	<u>66.623</u>	<u>67.883</u>
(Aumento) Diminuição de ativos				
Clientes	(1.485)	(10.869)	(2.908)	(9.723)
Estoques	(29.423)	13.196	(36.621)	13.213
Despesas antecipadas	(373)	3	(413)	3
Partes relacionadas	(3.873)	(2.025)	(4)	(6)
Impostos a recuperar	(1.504)	2.582	(3.697)	2.465
Outros ativos	(1.313)	(734)	(1.415)	(910)
Aumento (Diminuição) de passivos				
Obrigações trabalhistas	2.783	2.196	3.025	2.182
Fornecedores	4.826	12.589	6.411	12.219
Obrigações tributárias	3.430	4.430	3.702	4.213
Outros passivos	2.972	(41.152)	3.479	(29.082)
	<u>(23.960)</u>	<u>(19.784)</u>	<u>(28.441)</u>	<u>(5.426)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	35.002	40.168	38.182	62.457
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aplicações financeiras de longo prazo	(7)	(88)	(7)	(88)
Investimentos	(313)	-	(276)	-
No imobilizado	(53.445)	(9.932)	(54.979)	(9.990)
Receita com a venda de ativo imobilizado	1.610	123	1.624	240
Dividendos recebidos	1.617	9.941	-	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(50.538)	44	(53.638)	(9.838)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Reserva de capital	2.064	-	2.064	-
Ações em tesouraria	(998)	(533)	(998)	(533)
Juros sobre capital próprio	(3.970)	-	(3.970)	-
Reserva de incentivos fiscais	30.591	27.326	30.591	27.326
Empréstimos e financiamentos	(2.358)	(48.074)	(2.391)	(59.968)
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	(9)	-	(9)
Distribuição de dividendos	(1.390)	-	(1.390)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	23.939	(21.290)	23.906	(33.184)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, DE INVESTIMENTOS E DE FINANCIAMENTOS	8.403	18.922	8.450	19.435
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24.573	5.651	25.297	5.862
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32.976	24.573	33.747	25.297
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E BANCOS	8.403	18.922	8.450	19.435
Informações adicionais				
Ajuste de avaliação patrimonial, líquidos de impostos	33.706	-	33.706	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

YOKI ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objetivo social: (a) produção, industrialização, processamento, beneficiamento, armazenamento, empacotamento (embalar), enfardamento e comercialização de produtos alimentícios, agrícolas, cereais, hortícolas, sementes e outros produtos congêneres; (b) industrialização de produtos para alimentação animal; (c) industrialização de trigo em grão destinado à produção de quibe; (d) fabricação de embalagens para uso próprio e de terceiros; (e) prestação de serviços relativamente ao objeto social, bem como assistência técnica ao plantio e desenvolvimento agrícola; (f) integração com o produtor rural para fins de participação em projeto de desenvolvimento e financiamento agrícola industrial; (g) importação e exportação de sementes, cereais, hortícolas, produtos alimentícios e congêneres e/ou serviços relacionados com o objeto social; (h) representação em sociedades nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros, nas formas permitidas em leis; (i) participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

A Companhia possui unidades nas cidades de São Bernardo do Campo - SP (matriz), São Paulo - SP, Marília - SP, Cambará - PR, Nova Prata - RS, Campo Novo dos Parecis - MT, Diadema - SP, Cachoeirinha - RS, Cordeirópolis - SP, Pouso Alegre - MG, Salvador - BA, Brasília - DF, Jaboatão dos Guararapes - PE, Fortaleza - CE, Cuiabá - MT, Paranavaí - PR, e Ourinhos - SP.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.1. CONSOLIDADO

Quando aplicáveis, foram efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas com o objetivo de alinhar as políticas contábeis utilizadas pela Controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os saldos das contas e transações da Controladora e das seguintes controladas: Transyoki Transportes Yoki Ltda., Indemil Ind. e Comércio Ltda., Agrícola Nova Indemil Ltda., Beneficiadora de Cereais Mani Ltda. e Beneficiadora de Cereais Campo Novo dos Parecis Ltda.

Os saldos, as transações intercompanhias e os lucros e prejuízos não realizados (quando aplicáveis), líquidos dos efeitos do imposto de renda, foram eliminados na consolidação. As transações e saldos com partes relacionadas estão detalhados nas notas explicativas nº 8 e nº 9.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Ativos e passivos financeiros:

a.1. Reconhecimento e mensuração: a Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

a.2. Classificação: a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento, (iii) Empréstimos e recebíveis, (iv) Disponível para a venda.

- i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados com mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*).
- ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.
- iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.
- iv. Disponível para venda: são ativos e passivos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima.

a.3. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de impairment para esses instrumentos financeiros.

b. Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis, após 12 (doze) meses da data do balanço, são considerados como não circulante, dado o ciclo operacional da Companhia.

c. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na demonstração do fluxo de caixa.

d. Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. A Administração da Companhia, com base no baixo histórico de inadimplência, não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

e. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição e/ou fabricação, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos.

f. Investimentos

As participações em controladas foram registradas pelo método da equivalência patrimonial, com a contrapartida desses valores reconhecida no resultado operacional.

g. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 10.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

Conforme opção estabelecida pela Interpretação Técnica ICPC 10 e Pronunciamento Técnico CPC 37, a Companhia optou pela atribuição de custo ao ativo imobilizado. A opção foi realizada para classes de ativos que apresentaram diferença entre o valor justo e o custo residual, por motivos de desvalorização de inflação, e uso das taxas de depreciação em atendimento às regras da legislação fiscal de exercícios anteriores. Os valores atribuídos foram identificados com base em laudos de avaliação que tomaram como base as normas brasileiras de avaliação de ativos (NBR 14653).

h. Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos com marcas e patentes registradas pelo valor de custo.

i. Redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os saldos dos ativos têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*impairment* - deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa.

j. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias auferidas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário.

k. Empréstimos e financiamentos

Constituem-se em valores tomados com as instituições financeiras, acrescidos dos correspondentes variação monetária, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato até a data do balanço, calculados de acordo com o período de competência.

l. Demais passivos circulantes e não circulantes

Reconhecidos no balanço a valor justo quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Quando aplicável, são acrescidos encargos e variações monetárias e/ou cambiais. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de venda de produtos são reconhecidas quando as seguintes condições são satisfeitas: (a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos; (b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos; (c) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (d) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade; e (e) os custos incorridos ou a incorrer com relação à transação podem ser mensurados de forma confiável.

n. Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base na legislação fiscal vigente, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro que ultrapassar o valor anual de R\$240. A Contribuição Social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias, adicionadas ou excluídas na apuração do lucro tributável.

o. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

p. Demonstrações financeiras consolidadas

Consideram as seguintes controladas de forma direta:

	Participações em	
	2010	2009
Indemil Ind. e Com. Ltda.	99,99%	99,99%
Transyoki - Transportes Yoki Ltda.	98,00%	98,00%
Beneficiadora de Cereais Mani Ltda.	99,70%	99,70%
Agrícola Nova Indemil Ltda.	99,70%	99,70%
Beneficiadora de Cereais Campo Novo do Parecis Ltda.	99,70%	99,70%

As transações e os saldos entre a Companhia e suas controladas incluídas no processo de consolidação também foram eliminados e os lucros não realizados decorrentes de vendas para as controladas foram excluídos do saldo dos estoques ao fim de cada período. A participação dos acionistas não controladores foi excluída do patrimônio líquido e do lucro líquido e destacada no balanço patrimonial e na demonstração dos resultados consolidados na rubrica "Participação minoritária nos resultados de controladas".

q. Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram reclassificadas, quando aplicável, visando a uma melhor comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

4. DISPONÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Caixa	21	28	125	42
Bancos				
Depósitos à vista	382	7.560	1.049	7.734
Ordens de pagamento recebidas do exterior (a)	16.030	16.970	16.030	17.506
	16.412	24.530	17.079	25.240
	16.433	24.558	17.204	25.282
Aplicações financeiras (b)	16.543	15	16.543	15
	32.976	24.573	33.747	25.297

O disponível da Companhia está composto por saldos de fundo fixo de caixa, depósitos bancários à vista, ordens de pagamento recebidas do exterior e aplicações financeiras de curto prazo, com rendimentos em sua maioria pelo CDI, e fundos de investimentos. Os bancos que a Companhia manteve operações em 2010 foram o Bradesco, Banco do Brasil, Santander, Caixa Econômica Federal, Citibank, Itaú, Votorantim, Banco Regional de Brasília e Banco HSBC.

- (a) Esses valores referem-se ao registro de ordens de pagamento recebidas de clientes do exterior por exportação de produtos, atualizadas até a data do balanço, porém ainda não creditadas em conta-corrente da Companhia, uma vez que, por decisão da Administração, não ocorreram os fechamentos de câmbio de tais créditos até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(b) As aplicações financeiras referem-se:

Curto prazo	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Conta poupança Banco Bradesco	15	15	15	15
CDBs pós fixado Banco Bradesco	1.227	-	1.227	-
Fundo de investimento Banco do Brasil	5.866	-	5.866	-
Fundo de investimento Banco HSBC	9.435	-	9.435	-
	<u>16.543</u>	<u>15</u>	<u>16.543</u>	<u>15</u>
Longo prazo	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
CDB - Banco Regional de Brasília	95	88	95	88

5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Cientes	148.808	147.238	150.406	147.413
ACE	(883)	(2.028)	(883)	(2.028)
Bonificações/Descontos	(5.659)	(4.429)	(5.659)	(4.429)
	<u>142.266</u>	<u>140.781</u>	<u>143.864</u>	<u>140.956</u>
<i>Aging list</i> de clientes				
Valores a vencer	145.554	143.867	147.134	144.042
Vencidos até 30 dias	1.518	1.986	1.523	1.986
Vencidos de 31 a 60 dias	270	306	272	306
Vencidos de 61 a 90 dias	421	266	421	266
Vencidos de 91 a 120 dias	228	209	232	209
Vencidos de 121 a 150 dias	342	149	342	149
Vencidos de 151 a 180 dias	79	129	79	129
Vencidos acima de 180 dias	396	326	403	326
	<u>148.808</u>	<u>147.238</u>	<u>150.406</u>	<u>147.413</u>

A Companhia tem por procedimento a análise periódica da sua carteira de clientes. Com base no baixo histórico de inadimplência, a Administração optou por não constituir uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os títulos vencidos há mais de 120 dias estão com processos em andamento, aguardando decisão judicial. Em relação aos títulos vencidos há mais de 120 dias, já foram recebidos em 2011 o valor de R\$ 113.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Produto acabado	30.888	19.912	34.657	19.786
Produto acabado em poder de terceiros	1.816	1.804	3.645	1.804
Produto em elaboração	4.359	7.927	4.251	7.677
Matéria-prima	65.328	47.627	66.947	48.695
Matéria-prima depósito de terceiros	4.077	2.042	4.077	2.042
Matéria-prima a receber	318	832	934	832
Importação em andamento	1.893	1.301	1.893	1.301
Cultura temporária em formação	-	-	11.637	11.520
Material de manutenção	2.135	1.620	2.135	1.620
Material de expediente	880	872	974	948
Mercadorias em trânsito	2.166	984	2.166	984
Outros estoques	564	80	654	140
	<u>114.424</u>	<u>85.001</u>	<u>133.970</u>	<u>97.349</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Imposto de renda pessoa jurídica	822	399	858	471
Contribuição social s/ lucro líquido	182	97	193	118
ICMS	716	796	3.719	1.569
IPI	532	403	550	424
Imposto de renda retido na fonte	474	86	475	87
Funrural	-	-	1	-
PIS	202	102	204	102
Cofins	930	471	939	471
	<u>3.858</u>	<u>2.354</u>	<u>6.939</u>	<u>3.242</u>

O ICMS a compensar refere-se a saldo credor originado pelas compras de matéria-prima que é utilizada nas vendas de produtos acabados da controlada cuja saída é isenta de ICMS. Este saldo será reduzido através de transferências de créditos para empresas interdependentes.

O PIS e a Cofins a compensar são decorrentes do regime não cumulativo, estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, valores provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos.

8. CONTROLADAS

								Controladora			
				2010						2009	
Ativo circulante	Aldeinha Part. Empr. Ltda.	Benef. Cereais Mani Ltda.	Agrícola Nova Indemil Ltda.	TOTAL	Aldeinha Part. Empr. Ltda.	Benef. Cereais Mani Ltda.	Agrícola Nova Indemil Ltda.	TOTAL			
Contas a receber	847	5.038	5.830	11.715	843	1.964	5.035	7.842			
Passivo circulante	Transyoki Transp. Yoki Ltda.	Indemil Ind. e Com. Ltda.	Benef. Cereais Campo Novo Parecis Ltda.	TOTAL	Transyoki Transp. Yoki Ltda.	Indemil Ind. e Com. Ltda.	Benef. Cereais Campo Novo Parecis Ltda.	TOTAL			
Contas a pagar	3.341	3.546	568	7.455	2.773	683	4.365	7.821			

								Consolidado			
				2010						2009	
Ativo circulante	Aldeinha Part. Empr. Ltda.	Benef. Cereais Mani Ltda.	Agrícola Nova Indemil Ltda.	TOTAL	Aldeinha Part. Empr. Ltda.	Benef. Cereais Mani Ltda.	Agrícola Nova Indemil Ltda.	TOTAL			
Contas a receber	847	-	-	847	843	-	-	843			

Refere-se a transações comerciais, compra de matéria-prima pela controladora e prestação de serviços de transportes. Caracteriza-se como conta-corrente, absorvendo recebimentos da rubrica "Clientes e pagamentos diversos". A liquidação ocorre a curto prazo, conforme vencimento das duplicatas a receber/a pagar.

9. INVESTIMENTOS

a. Participações diretas em empresas controladas são as seguintes:

Empresas	2010				2009			
	Quantidades de quotas	% Participação direta	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício ajustado	Patrimônio líquido ajustado	Participação direta	% Participação direta	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício ajustado	Patrimônio líquido ajustado
Indemil Indústria e Comércio Ltda	15.997.475	99,99	391	2.109	99,99	312	1.718	
Transyoki Transportes Yoki Ltda	294.000	98,00	1.408	64	98,00	508	64	
Beneficiadora de Cereais Mani Ltda	9.970	99,70	390	997	99,70	619	815	
Agrícola Nova Indemil Ltda	9.970	99,70	1.105	997	99,70	(1.104)	(107)	
Beneficiadora de Cereais Campo Novo dos Parecis Ltda	9.970	99,70	(379)	618	99,70	1.690	997	
Lucro não realizados nos estoques				(736)			(887)	
			2.915	4.049		2.025	2.600	
Imóveis para investimento				332			-	
Outros Investimentos				-			19	
				4.381			2.619	

b. Movimentação dos investimentos

Empresas	Controladora					
	2008	Movimentação			2009	
	Saldo inicial dos investimentos	Adições	Baixas	Exclusões dividendos pagos	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos
Indemil Indústria e Comércio Ltda	1.406	-	-	-	312	1.718
Transyoki Transportes Yoki Ltda	64	-	-	(508)	508	64
Beneficiadora de Cereais Mani Ltda	196	-	-	-	619	815
Agrícola Nova Indemil Ltda	997	-	-	-	(1.104)	(107)
Benef. Cereais Campo Novo dos Parecis Ltda	8.766	-	-	(9.433)	1.664	997
Lucros não realizados nos estoques	(3.112)	-	-	-	2.225	(887)
	8.317	-	-	(9.941)	4.224	2.600
Imóveis para Investimentos	-	-	-	-	-	-
Outros Investimentos	19	-	-	-	-	19
	8.336	-	-	(9.941)	4.224	2.619

Yoki Alimentos S.A. e Controladas

							Controladora
							2010
							2009
							Movimentação
Empresas	Saldo				Exclusões	Resultado de	Saldo
	inicial dos	Adições	Baixas	dividendos	equivalência	final dos	
	investimentos			pagos	patrimonial	investimentos	
Indemil Indústria e Comércio Ltda.	1.718	-	-	-	391	2.109	
Transyoki Transportes Yoki Ltda.	64	-	-	(1.407)	1.407	64	
Beneficiadora de Cereais Mani Ltda.	815	-	-	(209)	391	997	
Agrícola Nova Indemil Ltda.	(107)	-	-	(1)	1.105	997	
Benef. Cereais Campo Novo dos Parecis Ltda.	997	-	-	-	(379)	618	
Lucros não realizados nos estoques	(887)	-	-	-	151	(736)	
	<u>2.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.617)</u>	<u>3.066</u>	<u>4.049</u>	
Imóveis para investimentos	-	332	-	-	-	332	
Outros investimentos	19	-	(19)	-	-	-	
	<u>2.619</u>	<u>332</u>	<u>(19)</u>	<u>(1.617)</u>	<u>3.066</u>	<u>4.381</u>	

							Consolidado	
							2009	
							2008	
							Movimentação	
Empresas	Saldo				Exclusões	Resultado de	Ajustes de	Saldo
	inicial dos	Adições	Baixas	dividendos	equivalência	eliminação	final dos	
	investimentos			pagos	patrimonial	para	investimentos	
						consolidação		
Indemil Indústria e Comércio Ltda	-	-	-	-	312	(312)	-	
Transyoki Transportes Yoki Ltda	-	-	-	-	-	-	-	
Beneficiadora de Cereais Mani Ltda	-	-	-	-	619	(619)	-	
Agrícola Nova Indemil Ltda	-	-	-	-	(1.104)	1.104	-	
Benef. Cereais Campo Novo dos Parecis Ltda	-	-	-	(7.743)	(26)	7.769	-	
Lucros não realizados nos estoques	-	-	-	-	(887)	887	-	
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.743)</u>	<u>(1.086)</u>	<u>8.829</u>	<u>-</u>	
Imóveis para Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Investimentos	56	-	-	-	-	-	56	
	<u>56</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.743)</u>	<u>(1.086)</u>	<u>8.829</u>	<u>56</u>	

Yoki Alimentos S.A. e Controladas

	Consolidado						
	2009			2010			
	Saldo inicial dos investimentos	Movimentação					Saldo final dos investimentos
Adições		Baixas	Exclusões dividendos pagos	Resultado de equivalência patrimonial	Ajustes de eliminação para consolidação		
Empresas							
Indemil Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-	-	391	(391)	-
Transyoki Transportes Yoki Ltda.	-	-	-	(1.407)	1.407	-	-
Beneficiadora de Cereais Mani Ltda.	-	-	-	(209)	391	(182)	-
Agrícola Nova Indemil Ltda.	-	-	-	(1)	1.105	(1.104)	-
Benef. Cereais Campo Novo dos Parecis Ltda.	-	-	-	-	(379)	379	-
Lucros não realizados nos estoques	-	-	-	-	151	(151)	-
	-	-	-	(1.617)	3.066	(1.449)	-
Imóveis para investimentos	-	332	-	-	-	-	332
Outros investimentos	56	-	(56)	-	-	-	-
	56	332	(56)	(1.617)	3.066	(1.449)	332

10. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Controladora			Consolidado		
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual	Valor residual	Valor residual
Terreno		13.176	-	13.176	2.202	13.311	2.337
Imóveis	1,6667%	79.178	(8.858)	70.320	32.325	73.159	35.290
Equip. e instalações	10 a 20%	111.656	(63.796)	47.860	48.121	51.852	52.175
Móveis e utensílios	10 a 20%	2.760	(1.480)	1.280	904	1.300	927
Apar. e ferramentas	10 a 20%	2.773	(1.875)	898	846	1.005	918
Veículos	20 a 40%	7.577	(3.702)	3.875	2.495	9.222	8.285
Hardware e softwares	20 a 40%	2.915	(1.931)	984	547	991	551
Implementos agrícolas	10 a 20%	-	-	-	-	2.006	1.951
Benfeitorias	1,6667%	5.173	(2.463)	2.710	2.445	2.710	2.445
Construções em andamento		65.314	-	65.314	34.416	65.541	34.416
Adiantamentos a fornecedores		5.970	-	5.970	1.163	5.970	1.163
		296.492	(84.105)	212.387	125.464	227.067	140.458

	Controladora				2009
	2008	Adições	Alienações	Depreciação do exercício	
Terreno	2.202	-	-	-	2.202
Imóveis	37.914	1.343	(3)	(6.929)	32.325
Equipamentos e instalações	97.365	6.724	(2.274)	(53.694)	48.121
Móveis e utensílios	2.110	150	(3)	(1.353)	904
Aparelhos e ferramentas	2.471	66	-	(1.691)	846
Veículos	6.426	396	(115)	(4.212)	2.495
<i>Hardware e softwares</i>	2.207	151	(139)	(1.672)	547
Implementos agrícolas	-	-	-	-	-
Benfeitorias	4.735	7	-	(2.297)	2.445
Construções em andamento	31.074	6.563	(3.221)	-	34.416
Adiantamentos a fornecedores	1.163	-	-	-	1.163
	<u>187.667</u>	<u>15.400</u>	<u>(5.755)</u>	<u>(71.848)</u>	<u>125.464</u>

	Consolidado				2009
	2008	Adições	Alienações	Depreciação do exercício	
Terreno	2.337	-	-	-	2.337
Imóveis	41.724	1.343	(3)	(7.774)	35.290
Equipamentos e instalações	103.680	6.757	(2.321)	(55.941)	52.175
Móveis e utensílios	2.185	152	(8)	(1.402)	927
Aparelhos e ferramentas	2.607	67	-	(1.756)	918
Veículos	13.511	404	(177)	(5.454)	8.285
<i>Hardware e softwares</i>	2.241	152	(139)	(1.703)	551
Implementos agrícolas	2.502	21	-	(571)	1.951
Benfeitorias	4.735	7	-	(2.297)	2.445
Construções em andamento	31.074	6.563	(3.221)	-	34.416
Adiantamentos a fornecedores	1.163	-	-	-	1.163
	<u>207.760</u>	<u>15.466</u>	<u>(5.869)</u>	<u>(76.898)</u>	<u>140.458</u>

						Controladora
	2.009	Adições	Alienações	Depreciação do exercício	Deprec. do exercício baixas	2.010
Terreno	2.202	10.997	(23)	-		13.176
Imóveis	32.325	40.899	(974)	(1.936)	6	70.320
Equipamentos e instalações	48.121	11.402	(1.561)	(10.614)	512	47.860
Móveis e utensílios	904	563	(60)	(177)	50	1.280
Aparelhos e ferramentas	846	286	(50)	(220)	36	898
Veículos	2.495	3.300	(2.430)	(1.234)	1.744	3.875
<i>Hardware e softwares</i>	547	733	(36)	(269)	9	984
Benfeitorias	2.445	463	(32)	(199)	33	2.710
Construções em andamento	34.416	30.990	(92)	-	-	65.314
Adiantamentos a fornecedores	1.163	4.807	-	-	-	5.970
	<u>125.464</u>	<u>104.440</u>	<u>(5.258)</u>	<u>(14.649)</u>	<u>2.390</u>	<u>212.387</u>
	Consolidado					
	2.009	Adições	Alienações	Depreciação do exercício		2.010
Terreno	2.337	10.997	(23)	-		13.311
Imóveis	35.290	40.899	(974)	(2.056)		73.159
Equipamentos e instalações	52.175	11.954	(1.744)	(10.533)		51.852
Móveis e utensílios	927	566	(60)	(133)		1.300
Aparelhos e ferramentas	918	337	(50)	(200)		1.005
Veículos	8.285	3.475	(2.430)	(108)		9.222
<i>Hardware e softwares</i>	551	738	(37)	(261)		991
Implementos agrícolas	1.951	517	(248)	(214)		2.006
Benfeitorias	2.445	463	(32)	(166)		2.710
Construções em andamento	34.416	31.221	(96)	-		65.541
Adiantamentos a fornecedores	1.163	4.807	-	-		5.970
	<u>140.458</u>	<u>105.974</u>	<u>(5.694)</u>	<u>(13.671)</u>		<u>227.067</u>

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui os gastos de materiais, mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item de imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

CUSTOS SUBSEQUENTES

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido pelo valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

CUSTO ATRIBUÍDO (DEEMED COST)

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por terceiros contratados especialmente para este fim e devidamente aprovada a contratação pela

Diretoria da Companhia. Para realizarem este trabalho, os especialistas consideraram informações de valor de mercado do m² de área construída conforme publicação da revista PINI para os imóveis. Além disso, também foi efetuada a revisão da vida útil estimada dos bens.

Os efeitos nas classes de ativos decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2010 foi:

	01/01/2010					
	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Mais valia	Valor contábil	Valor justo	Mais valia
Terreno	2.202	12.749	10.547	2.337	12.884	10.547
Imóveis	32.325	72.850	40.525	35.290	75.815	40.525
Equipamentos e instalações	48.121	48.121	-	52.173	52.173	-
Móveis e utensílios	904	904	-	927	927	-
Aparelhos e ferramentas	846	846	-	918	918	-
Veículos	2.495	2.495	-	8.285	8.285	-
<i>Hardware e softwares</i>	547	547	-	551	551	-
Implementos agrícolas	-	-	-	1.951	1.951	-
Benfeitorias	2.445	2.445	-	2.445	2.445	-
Construções em andamento	34.416	34.416	-	34.416	34.416	-
Adiantamentos a fornecedores	1.163	1.163	-	1.163	1.163	-
Total	125.464	176.536	51.072	140.456	191.528	51.072

O laudo de avaliação foi preparado pelos especialistas datado de 30 de dezembro de 2010 e aprovado na mesma data pela Diretoria.

Os únicos itens que sofreram variações mediante ao laudo foram terrenos e imóveis; os demais foram identificados pela empresa contratada que o valor contábil registrado está equivalente ao valor de mercado, não havendo, com isso, necessidade de ajustes.

MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO ATRIBUÍDO

	Controladora		
	01/01/2010	Depreciação custo atribuído	31/12/2010
Terreno	10.547	-	10.547
Imóveis	40.525	(976)	39.549
Total	<u>51.072</u>	<u>(976)</u>	<u>50.096</u>

	Consolidado		
	01/01/2010	Depreciação custo atribuído	31/12/2010
Terreno	10.547	-	10.547
Imóveis	40.525	(976)	39.549
Total	<u>51.072</u>	<u>(976)</u>	<u>50.096</u>

MÉTODO DA DEPRECIÇÃO

Atualmente, a Companhia utiliza o método da depreciação linear, que durante os procedimentos para contabilização do custo atribuído (deemed cost) dos ativos, passou por uma revisão, porém não foram identificadas mudanças significativas, a não ser em imóveis e benfeitorias. Sendo assim, apenas as taxas de imóveis e benfeitorias tiveram alterações; as demais taxas, bem como a vida útil estimada dos ativos, permanecerão as mesmas conforme demonstrado a seguir:

	2010	
	Vida útil estimada (em anos)	Taxa depreciação (Anual)
Terreno	Não mensurável	-
Imóveis	60 anos	1,6667%
Equipamentos e instalações	5 a 10 anos	10% a 20%
Móveis e utensílios	5 a 10 anos	10% a 20%
Aparelhos e ferramentas	5 a 10 anos	10% a 20%
Veículos	2,5 a 5 anos	20% a 40%
<i>Hardware e softwares</i>	2,5 a 5 anos	20% a 40%
Implementos agrícolas	5 a 10 anos	10% a 20%
Benfeitorias	60 anos	1,6667%

A seguir, as taxas e a vida útil estimada dos bens praticadas em 2009:

	2009	
	Vida útil estimada (em anos)	Taxa depreciação (Anual)
Terreno	Não mensurável	-
Imóveis	25 anos	4,0%
Equipamentos e instalações	5 a 10 anos	10% a 20%
Móveis e utensílios	5 a 10 anos	10% a 20%
Aparelhos e ferramentas	5 a 10 anos	10% a 20%
Veículos	2,5 a 5 anos	20% a 40%
<i>Hardware e softwares</i>	2,5 a 5 anos	20% a 40%
Implementos agrícolas	5 a 10 anos	10% a 20%
Benfeitorias	25 anos	4,0%

CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

As construções em andamento e os adiantamentos a fornecedores em 31 de dezembro de 2010 referem-se a bens que se encontram em fase de aquisição e/ou instalação, bem como a diversas construções civis, para ampliação e remodelação nos diversos segmentos do parque industrial da Companhia. Dentre os projetos em andamento encontram-se investimentos em projetos de aumento de capacidade, otimização de processos industriais e modernização das plantas industriais.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros + spread	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Finame e Modermaq (a)	TJLP + 4% a.a. ou 3%a.a. e 12,5% a.a. anteriores a 15/12/2009	17.137	11.859	23.004	19.276
BNDES Autom/FCO-FAT BB (b)	TJLP + 2% a 2,8% a.a.; cesta moedas e 5,5%	29.855	38.132	29.855	38.132
FINIMP (c)	US\$ Libor + 0,13% a 0,8% a.a.	9.803	7.845	9.803	7.845
EGF (d)	6,75% a.a.	13.546	5.277	16.833	15.893
NCE Exportação (e)	US\$ CDI + 1,5% a 3% a.a. ou 13,22% a.a.	62.923	90.700	62.923	90.700
Capital de giro (f)	11,5% a.a.	44.130	-	44.130	-
NPR (g)	6,75% a.a.	8.007	8.557	23.647	12.724
Titulos - CDB (h)		833	830	833	830
Banco do Brasil	9,11% a.m.	-	-	68	-
Leasing (i)		1.557	500	1.604	500
		187.791	163.700	212.700	185.900
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros Derivativos		9	9	9	9
		187.800	163.709	212.709	185.909
Curto prazo		74.456	64.430	95.265	80.493
Longo prazo		113.344	99.279	117.444	105.416
		187.800	163.709	212.709	185.909

- (a) Finame e Modermaq - o saldo é composto por financiamentos destinados à aquisição de máquinas e equipamentos. As garantias foram constituídas, principalmente, por avais dos acionistas e alienação fiduciária dos bens financiados.
- (b) BNDES Autom. - são referentes à linha de crédito BNDES Automático - TJLP Hipoteca. O saldo é composto por financiamentos destinados à aquisição de máquinas e equipamentos e ampliação do parque fabril (obras civis e instalações industriais) da Companhia. As garantias foram constituídas, principalmente, por avais dos acionistas, hipotecas de imóveis e alienação fiduciária dos bens.
- (c) Finimp - são referentes aos financiamentos de importação de máquinas e equipamentos. As garantias foram constituídas, principalmente, por alienação fiduciária dos bens e avais dos acionistas.
- (d) EGF - são referentes à linha de Empréstimos do Governo Federal, sem opção de venda, destinados à produção, estocagem e comercialização de produtos agrícolas. As garantias foram constituídas, principalmente, por penhor de produtos agrícolas e avais dos acionistas.
- (e) NCE Exportação - operação de financiamento à exportação, tendo como garantia hipoteca de imóveis.

- (f) Capital de giro - o valor do crédito destina-se ao reforço do capital de giro da Companhia, tendo como garantia hipoteca cedular do imóvel da unidade de Nova Prata.
- (g) NPR - operação de cédula de crédito rural de 120 dias, destinada para financiamento de compra de insumos produtivos. Esta operação é efetuada anualmente. Tendo como garantia a safra, objeto do contrato.
- (h) Títulos CDB - empréstimo vinculado a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), de emissão do Banco de Brasília S.A. (BRB).

Os financiamentos a longo prazo vencem conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	43.824	45.320
2013	58.096	58.941
2014	7.756	8.525
2015 em diante	3.668	4.658
	113.344	117.444

Arrendamento mercantil - de acordo com o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, a Sociedade efetuou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude de transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes. O saldo a pagar, apurado com base no valor presente, calculado com taxas que variam entre 14,02% e 15,94% ao ano, dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Arrendamento mercantil financeiro a pagar				
Veículos	1.557	500	1.604	500
Circulante	675	430	693	430
Não circulante	882	70	911	70

O cronograma dos pagamentos futuros de longo prazo relativos aos contratos acima são apresentados a seguir, de acordo com seu vencimento:

<u>Vencimentos dos pagamentos futuros de longo prazo</u>	Controladora	Consolidado
2012	604	623
2013	278	288
Total	882	911

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Fornecedores de matérias-primas	25.488	23.590	28.030	25.254
Fornecedores de materiais de consumo	7.642	6.484	8.849	6.610
Fretes a pagar	-	-	-	374
Importações a pagar	2.099	329	2.099	329
	35.229	30.403	38.978	32.567

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
ICMS	27.600	24.550	27.872	24.831
PIS e Cofins	2.551	2.234	2.790	2.311
IRPJ E CSSL	-	295	116	318
ISS	52	42	61	48
Impostos retidos de terceiros	923	846	949	866
Outros impostos a pagar	647	376	698	410
	<u>31.773</u>	<u>28.343</u>	<u>32.486</u>	<u>28.784</u>
Curto prazo	18.639	13.701	19.352	14.142
Longo prazo	13.134	14.642	13.134	14.642
	<u>31.773</u>	<u>28.343</u>	<u>32.486</u>	<u>28.784</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Honorários da Diretoria	66	60	66	60
Salários a pagar	3.291	3.101	3.512	3.249
Provisão de férias	9.221	8.009	9.568	8.230
Encargos sociais	7.505	6.130	7.776	6.358
	<u>20.083</u>	<u>17.300</u>	<u>20.922</u>	<u>17.897</u>

15. OBRIGAÇÕES DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Devoluções de vendas	4.217	3.657	4.217	3.657
Comissões a pagar	2.598	2.270	2.598	2.270
Adiantamento de clientes	1.369	1.023	1.409	1.023
Comissões a pagar sobre promoção	2	-	2	-
Outras obrigações	-	-	48	39
	<u>8.186</u>	<u>6.950</u>	<u>8.274</u>	<u>6.989</u>

16. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	54.053	45.280	56.221	46.972
Adições permanentes	6.288	3.627	6.336	3.738
Exclusões permanentes	(39.160)	(28.501)	(39.172)	(32.725)
Equivalência patrimonial	(3.066)	(4.224)	(3.066)	-
Realização dos Impostos diferidos	(332)	-	(332)	-
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(5.435)	(4.854)	(6.589)	(4.854)
Base cálculo	12.348	11.328	18.585	15.006
Imposto de renda	(3.070)	(2.740)	(4.513)	(3.849)
Contribuição social	(1.141)	(1.019)	(1.866)	(1.602)
Impostos diferidos s/ A.A.P.	332	-	332	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	<u>(3.879)</u>	<u>(3.759)</u>	<u>(6.047)</u>	<u>(5.451)</u>
Alíquota efetiva	-7%	-8%	-11%	-12%

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto diferido é resultante do ajuste da avaliação patrimonial.

16.A IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Imposto de renda diferido	12.524	-	12.524	-
Contribuição social diferida	4.508	-	4.508	-
	<u>17.032</u>	<u>-</u>	<u>17.032</u>	<u>-</u>

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte ativa e passiva em processos cíveis, trabalhistas e tributários. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingências, destinada a cobrir prováveis perdas nesses processos. Ainda, a Companhia é parte em processos nos quais os assessores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível. No montante de R\$5.442 em 31 de dezembro de 2010 (R\$3.807 em 2009) controladora e R\$5.442 em 31 de dezembro de 2010 (R\$3.821 em 2009) consolidado.

	Controladora					
	2010			2009		
	Provisão		Depósitos judiciais	Provisão		Depósitos judiciais
	No exercício	Saldo		No exercício	Saldo	
Cíveis - Consumidores (a)	107	416	322	235	309	673
Trabalhistas (b)	(839)	2.606	1.023	1.658	3.445	1.350
Fiscais e tributárias: (c)	-	-	127	-	-	167
Total	(732)	3.022	1.472	1.893	3.754	2.190

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	74	1.787	1.861
Constituição	256	2.025	2.281
Baixas/reversão	(21)	(367)	(388)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	309	3.445	3.754
Constituição	398	748	1.146
Baixas/Reversão	(291)	(1.587)	(1.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	416	2.606	3.022

Consolidado

	2010			2009		
	Provisão		Depósitos judiciais	Provisão		Depósitos judiciais
	No exercício	Saldo		No exercício	Saldo	
Cíveis - Consumidores (a)	107	416	322	235	309	673
Trabalhistas (b)	(821)	2.731	1.116	1.755	3.552	1.518
Fiscais e tributárias (c)	-	-	424	-	-	397
Total	(714)	3.147	1.862	1.990	3.861	2.588

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	74	1.797	1.871
Constituição	256	2.121	2.377
Baixas/reversão	(21)	(366)	(387)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	309	3.552	3.861
Constituição	398	767	1.165
Baixas/Reversão	(291)	(1.588)	(1.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	416	2.731	3.147

- (a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre títulos executivos extrajudiciais, em que a parte contrária pede a declaração judicial da inexigibilidade de crédito cumulada com danos morais; e questões envolvendo consumidores, que requerem danos morais e materiais por causa de supostos problemas relacionados aos produtos fabricados pela empresa.
- (b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade ou insalubridade, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho e por danos morais, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços (empresas terceirizadas) contratados pela empresa reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias e verbas salariais.

Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela empresa, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 2 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela empresa dos valores provisionados, na hipótese de a empresa ser vencida nas ações.

- (c) Os depósitos judiciais englobam os processos passivos, cujas chances de êxito são possíveis e/ou remota.

A empresa também apresentou os valores de suas contingências passivas, cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 2 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela empresa.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social é representado por 145.680.332 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$0,95, totalmente integralizado e de residentes no País.

Acionistas	Quantidade de ações	Valor em 31/12/2010	Participação %
Aldeinha Part. Empreend. S/C	91.799	87.209	63,014184%
Outros	47.218	44.857	32,412345%
Ações em Tesouraria	6.663	6.330	4,573473%
	<u>145.680</u>	<u>138.396</u>	<u>100%</u>

b. Reserva de capital

O valor refere-se a juros de capital próprio que a sociedade deveria pagar aos acionistas, mas que se encontra em reserva de capital para que os acionistas em Assembleia Geral possam deliberar sobre a sua efetiva distribuição ou manutenção.

c. Reserva de incentivos fiscais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 7 - Subvenção e Assistência Governamentais, a Companhia reconheceu como receita em conta redutora da linha de impostos sobre as vendas e posteriormente transferiu para a rubrica "Reserva de incentivos fiscais" o montante de R\$30.591 em 31 de dezembro de 2010 (R\$27.326 em 2009).

d. Ações em tesouraria

A Companhia possui 6.662.651 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, sendo 5.611.651 adquiridas em exercícios anteriores e 1.051.000 adquiridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, representadas ao custo médio unitário de R\$0,7069 (setenta centavos).

e. Ajustes a valor de mercado

A rubrica refere-se ao efeito da marcação a mercado na data-base de 31 de dezembro de 2009, das operações de *swap* contratadas, descritas na nota explicativa nº 20, com vencimento em janeiro de 2013, cujo objetivo é fazer o *hedge* de um contrato de financiamento de exportação, firmado com o Banco Itaú BBA S.A.

f. Reserva de lucros

A rubrica é decorrente do lucro da Companhia menos as constituições e destinações pertinentes. Este valor será levado para a Assembleia Geral de acionistas deliberar sobre a sua utilização ou não para aumento de capital, conforme proposta da Diretoria.

g. Reserva legal

Foi constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

h. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito dos ajustes por adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado (vide nota explicativa nº 10). Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. No que se trata da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, sua realização ocorre de acordo com a depreciação do custo atribuído no ativo imobilizado, contra a rubrica de lucros acumulados (conforme item 26 da Interpretação Técnica ICPC 10).

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

VALOR JUSTO

A Companhia apresenta em seu balanço patrimonial ativos e passivos financeiros caracterizados como instrumentos financeiros, conforme descrito no CPC 14, os quais estão registrados no balanço patrimonial ao seu valor contábil e equivalem, aproximadamente, ao seu valor de mercado, considerando os critérios de atualização contratados.

As práticas contábeis utilizadas para valorização dos ativos e passivos financeiros estão reconhecidas a valores que não diferem dos de mercado e foram relatadas nas correspondentes notas explicativas.

	Controladora			
	2010		2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVO				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	16.433	16.433	24.558	24.558
Títulos e valores mobiliários	16.543	16.543	15	15
Duplicatas a receber	142.266	142.266	140.781	140.781
Partes relacionadas	11.715	11.715	7.842	7.842
Outros créditos a receber	4.120	4.120	4.279	4.279
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Títulos e valores mobiliários	95	95	88	88
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	35.229	35.229	30.403	30.403
Empréstimos e financiamentos	74.456	74.456	64.430	64.430
Partes relacionadas	7.455	7.455	7.821	7.821
NÃO CIRCULANTE:				
Exigível a longo prazo:				
Empréstimos e financiamentos	113.344	113.344	99.279	99.279

	Consolidado			
	2010		2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVO				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	17.204	17.204	25.282	25.282
Títulos e valores mobiliários	16.543	16.543	15	15
Duplicatas a receber	143.864	143.864	140.956	140.956
Partes relacionadas	-	-	-	-
Outros créditos a receber	4.337	4.337	4.477	4.477
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	95	95	88	88
Títulos e valores mobiliários				
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	38.978	38.978	32.567	32.567
Empréstimos e financiamentos	95.265	95.265	80.493	80.493
Partes relacionadas	-	-	-	-
NÃO CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	117.444	117.444	105.416	105.416

FINANCIAMENTOS

Os financiamentos estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

DERIVATIVOS

Em atendimento às alterações das práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Pronunciamento Técnico CPC 14, a Companhia modificou os procedimentos relativos aos instrumentos financeiros na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As principais alterações dizem respeito aos instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são mensurados pelo seu valor justo e os ganhos e perdas foram reconhecidos no resultado e patrimônio líquido, nas rubricas de “Despesas financeiras” e “Ajustes a valor de mercado”, respectivamente, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesas financeiras				
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(5.422)	(5.956)	(6.256)	(7.373)
Variações cambiais ativas e passivas	(4.567)	(7.906)	(4.595)	(7.979)
Juros e comissões bancárias	(16.312)	(14.710)	(18.138)	(15.846)
Juros diversos	(148)	(12)	(202)	(12)
	<u>(26.449)</u>	<u>(28.584)</u>	<u>(29.191)</u>	<u>(31.210)</u>
Resultado com derivativos	-	(503)	-	(503)
Juros de mora	(63)	(145)	(53)	(168)
Descontos concedidos	(101)	(219)	(115)	(232)
	<u>(26.613)</u>	<u>(29.451)</u>	<u>(29.359)</u>	<u>(32.113)</u>
Receitas financeiras				
Juros	4.054	2.405	4.054	2.405
Variações monetárias ativas	147	-	160	-
Variações cambiais ativas	4.536	3.021	4.620	3.021
Outros	1.499	1.648	1.560	1.677
	<u>10.236</u>	<u>7.074</u>	<u>10.394</u>	<u>7.103</u>
Patrimônio líquido				
Ajustes a valor de mercado	-	(9)	-	(9)

As operações com derivativos dos contratos encerrados em janeiro de 2009 geraram uma despesa financeira de R\$503 em 2009, reconhecida no resultado de acordo com a Lei nº 11.638/07.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2010 referem-se a derivativos indexados à variação da taxa CDI, firmados com o objetivo de proteger a Companhia das flutuações das taxas de juros de um contrato de financiamento, na modalidade NCE (Nota de Crédito à Exportação), cujo valor atualizado é de R\$8.595, devidamente registrado no passivo da Controladora, na rubrica "Empréstimos e financiamentos". As posições de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

Instrumento	Objeto de proteção	Vencimento	A receber	A pagar	Valor de referência (nocional)	Marcação a mercado
Swap	Taxa de juros	15/01/2013	105% do CDI	92% do CDI	8.595	19
Swap	Taxa de juros	15/01/2013	92% do CDI	110,5% do CDI	8.595	(28)
						(9)

21. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Incentivos Fiscais

A Companhia possui subvenções de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) no valor de R\$ 30.591 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 27.326 em 2009) para investimentos, concedidos pelos Governos Estaduais. Esses incentivos fiscais estão diretamente ligados à construção de unidades produtivas, geração de empregos e desenvolvimento social e econômico nos respectivos Estados Federativos das unidades instaladas.

A Companhia tem como prática contábil registrar o valor da subvenção pública em conta própria de receita com impostos recuperados.

Ao final de cada exercício o total da subvenção anual é transferido para a conta de reserva de incentivos fiscais no Patrimônio Líquido, para posterior aumento de capital quando autorizado em AGOE.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

Através da Assembleia Geral Extraordinária datada de 17 de janeiro de 2011 e registrada em 7 de fevereiro de 2011 sob o nº 47.823/11-2, a Companhia aprovou a 1ª emissão, para distribuição pública, em regime de garantia firme de subscrição, com esforços restritos de colocação, de 100 debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória adicional, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, tendo sido firmada a Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real e Fidejussória Adicional em 1º de fevereiro de 2011 entre a Companhia e Planner Trustee DTVM Ltda., registrada na Jucesp em 8 de fevereiro de 2011 sob o nº ED000659-2/000. O valor total foi de R\$100.000, tendo sido feita em série única, sendo que o valor nominal unitário das debêntures na data da emissão foi de R\$1.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. As debêntures possuem prazo de vigência de cinco anos contados da data da sua emissão. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em cinco parcelas semestrais e consecutivas, a partir do 36º mês contado da data de emissão, da seguinte forma:

Percentual de amortização (em relação ao Valor Unitário na Data de Emissão)	Data de pagamento
20% (vinte por cento)	12 de fevereiro de 2014
20% (vinte por cento)	12 de agosto de 2014
20% (vinte por cento)	12 de fevereiro de 2015
20% (vinte por cento)	12 de agosto de 2015
20% (vinte por cento)	12 de fevereiro de 2016

As debêntures serão remuneradas de acordo com a variação acumulada de 116,50% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", apuradas e divulgadas diariamente pela Cetip, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, base de 252 dias úteis.

As debêntures receberam as seguintes garantias:

- i. Hipoteca de três imóveis de propriedade da Companhia ou de propriedade de sociedade por ela controlada, situados em Campo Novo dos Parecis - MT, Nova Prata - RS e Guaíra - PR, em garantia de, no total, R\$45.000.
- ii. Fiança dos Garantidores em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia ao fiel e pontual pagamento da totalidade das debêntures.

- iii. Cessão fiduciária de, no mínimo, R\$5.000 em direitos creditórios oriundos de duplicatas comerciais de titularidade da Cia., nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças firmado em 1º de fevereiro de 2011 entre a Companhia e Planner Trustee DTVM Ltda. e Banco do Brasil S.A. na qualidade de agente de garantias.

O contrato de debêntures prevê algumas cláusulas restritivas que podem levar ao vencimento antecipado do montante, tais como o não atingimento de determinados índices financeiros (dívida líquida/Ebitda), descumprimento de obrigações não pecuniárias, não cumprimento de decisão ou sentença judicial, possuir protestos com valores superiores a R\$5.000, entre outras.

* * *